

CARTA POLÍTICA

PANDEMIA E INJUSTIÇA AMBIENTAL



CARTA POLÍTICA

PANDEMIA E INJUSTIÇA AMBIENTAL

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL
AGOSTO, 2020

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) estimula a livre circulação do texto aqui publicado. Ao reproduzir total ou parcialmente o material, solicitamos que a “Carta Política da RBJA – Pandemia e Injustiça Ambiental – agosto, 2020” seja citada como fonte.

Texto produzido coletivamente por participantes da RBJA.

Coordenação editorial: Janaína Pinto.

Projeto gráfico, capa, ilustrações e diagramação: Rachel Gepp.

Revisão textual: Thiago Mendes.

Apoio: Misereor, Fundação Ford.

Rede Brasileira de
Justiça Ambiental

RACISMO, INJUSTIÇA AMBIENTAL E NOVO CORONA VÍRUS

As desigualdades ambientais, determinadas pelo racismo, estão na origem da pandemia, agravam os impactos dela e ameaçam o futuro

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) lança carta aberta para conversar sobre os caminhos sociais pós-crise sanitária. Também nos posicionamos para ampliar denúncias às estruturas de injustiça e racismo ambientais, as quais agravam a pandemia da Covid-19.

Nós da RBJA somos uma articulação nacional sem fins lucrativos comprometida com a luta por justiça ambiental e baseada na valorização de pensamentos e práticas solidárias coletivas. Defendemos o bem viver e os bens comuns.

Compreendemos a delicadeza do momento e, por isso, manifestamos apoio às famílias que vivem a perda de entes queridos. Registramos também nossa gratidão a profissionais de saúde na linha de frente do cuidado a pessoas adoecidas.

Sabemos que as consequências do contágio do vírus se distribuem na população de maneira injusta, a depender de determinações relacionadas às desigualdades sociais e às estruturas racista e patriarcal.

Respondemos com solidariedade e urgência aos desafios do hoje, mas não abrimos mão da lucidez: estamos na disputa por outro futuro possível, reconstruindo as bases de um mundo para o qual valerá a pena voltar.

Por tudo isso, afirmamos:

- 1 As desigualdades ambientais, determinadas pelo racismo, estão na origem da pandemia. Elas contribuem para impactos ainda mais graves sobre a saúde e a economia de grupos sociais injustiçados;

- 2 A pandemia não é causada por um país ou um morcego, como querem nos fazer crer. Ela é fruto de um modelo de desenvolvimento predatório, fonte de processos de adoecimento e crises ambientais sistêmicas;

- 3 O combate à expansão desse e outros vírus deve caminhar ao lado da luta para interromper a perversidade de quem nos (des)governa, escancarando intenções de se aproveitar do nosso sofrimento coletivo como “oportunidade” para passar “a boiada” e mudar “todo o regimento”¹ de proteção ambiental.

É preciso:

- 1 Honrar o luto e a memória das famílias que vivem a perda de entes queridos;
- 2 Valorizar a dedicação de profissionais de saúde com equipamentos de proteção e condições dignas de trabalho;
- 3 E garantir o isolamento social como opção continuada para mais pessoas.

1. Sugestão feita pelo Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles durante reunião ministerial de 22 de abril de 2020, tornada pública pela divulgação – autorizada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello – de registro em áudio e vídeo.



O PAPEL DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTRATIVISTA

Os vírus não são os inimigos, as práticas humanas nocivas à perpetuação da vida na terra, sim



Todos os seres são interdependentes e formam ecossistemas: pessoas, outros animais, plantas e até vírus e bactérias. Além de compreender o funcionamento de seres vivos responsáveis pelo adoecimento das pessoas, precisamos debater as práticas nocivas à vida na terra que facilitam processos de desequilíbrio na natureza, os quais, por sua vez, aceleram a reprodução de agentes patogênicos, ou seja, organismos que causam doenças.

Não responsabilizamos espécies ou culturas alimentares pela crise. Em vez disso, endossamos a crítica muito antiga, feita por povos e comunidades, ao consolidado modelo de desenvolvimento agrário e extrativista.

O sistema agroalimentar globalizado está no centro da origem de propagação de doenças, e a cadeia industrial de animais amontoados tem contas a acertar. Estudos científicos apontam-na como grande impulsionadora da propagação de vírus e patologias².

O mercado agroalimentar se relaciona com uma agricultura de larga escala, nascida na “revolução verde”. Ela se baseia no uso de agrotóxicos e na desestruturação de modos de vida e conhecimentos comunitários, em prol do avanço de monoculturas e grandes pastagens de gado.

No Brasil, abastados atores econômicos envolvidos na produção agrícola à base de veneno³ promovem a expropriação violenta dos territórios de povos e comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais.

Com a expansão da fronteira agropecuária, vêm os altos índices de desmatamento⁴, mas o problema não se resume a isso. As perdas de práticas de manejo local sustentável – e da diversidade biológica e sociocultural – dos territórios expropriados resultam na desarticulação de *habitats*.

Ou seja, a expansão de monoculturas e pastagens desequilibra o meio ambiente, destruindo freios ecológicos da expansão de agen-

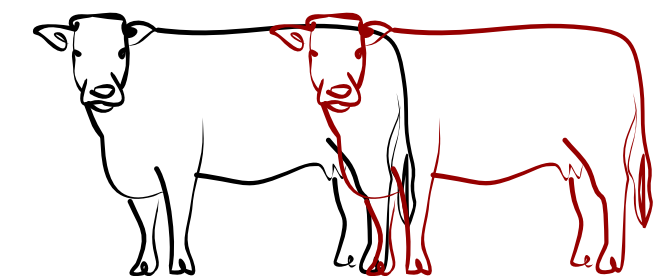
te causadores de doenças. E mais: o sistema agroalimentar mundial responde por quase um quarto das emissões de gases de efeito estufa, protagonizando a aceleração das mudanças climáticas⁵.

O agronegócio brasileiro é responsável, sozinho, por 71% do total nacional de emissões de gases de efeito estufa

O agronegócio brasileiro é responsável, sozinho, por 71% do total nacional de emissões de gases de efeito estufa⁶. O fenômeno de alteração climática mundial, por sua vez, promove a migração atípica de espécies causadoras de doenças, permitindo a expansão e a adaptação para outras regiões em escalas ampliadas e velocidades aceleradas.

Além disso, a produção de uma comida cada vez mais química e industrializada afeta a saúde da população consumidora e se relaciona com os próprios fatores de risco da Covid-19: diabetes, hipertensão, obesidade e outras doenças cardiovasculares.

Uma crítica similar pode ser dirigida ao modelo extrativista mineral. Intensivo em recursos naturais, capital e tecnologia, ele produz impactos socioambientais expressivos e impõe riscos à saúde coletiva dos territórios onde opera, além de permanentes desequilíbrios ecológicos.



2. Confira: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1920762/novas-doencas-animais-sao-desafio-constante-para-a-ciencia>>.

3. Segundo dados do IBAMA, o Brasil consumiu 539,9 toneladas de pesticidas em 2017. Confira: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/05/27/brasil-usa-500-mil-toneladas-de-agrotoxicos-por-ano-mas-quantidade-pode-ser-reduzida-dizem-especialistas.ghtml>> e <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2019/06/afinal-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxico-do-mundo.html>>.

4. Ilustrativo desse cenário é que, em plena pandemia, o desmatamento na Amazônia foi o maior em 10 anos. Confira: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/05/18/desmatamento-da-amazonia-em-abril-foi-o-maior-em-10-anos-diz-instituto.ghtml>>.

5. Confira: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,agricultura-e-desmatamento-respondem-por-23-das-emissoes-de-gases-estufa-no-mundo,70002958983>>.

6. Confira: <<http://www.observatoriodoclima.eco.br/emissoes-brasil-caem-23-em-2017/>>.

QUEM SÃO OS E AS MAIS Atingidas

Fala-se que o vírus não escolhe vítimas: atinge todas e todos. Mas é 100% verdade?



As diferenças nas condições de renda, classe, raça, gênero e acesso à infraestrutura geram a distribuição desigual das dores provocadas pela pandemia. O racismo estrutural, mais uma vez, posiciona corpos de pretos e pretas na linha de frente da rota da morte.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, as pessoas negras sofrem maiores índices de letalidade pelo vírus. Embora representem quase 1 em cada 4 brasileiros/as afetados/as pela doença, chegam a 1 em cada 3 mortos/as pela Covid-19⁷.

A situação se explica por contextos sociais de baixa proteção à exposição e dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde. Não por acaso, em São Paulo, os bairros onde a população negra está concentrada registram maior quantidade de óbitos pela doença⁸.

Os meios de prevenir a Covid-19 tampouco são acessíveis a todas e todos. Estima-se que 40% dos municípios nordestinos precisam racionar água cotidianamente. Em 2008, somente

46% dos domicílios brasileiros estavam conectados a redes de esgotamento sanitário.

*Lavar as mãos e manter
hábitos de higiene não são
direitos garantidos para
toda a população*

Cuidar das condições que sustentam a vida e suportar as violências do âmbito privado também não são aspectos democraticamente distribuídos na sociedade. Causa preocupação a sobrecarga de trabalho doméstico que recai sobre as mulheres no cuidado de pessoas vulneráveis, adoecidas e crianças – que estão, corretamente, longe das escolas no atual momento.

A crise sanitária tende a ampliar a concentração de trabalho reprodutivo nas mãos das mulheres e evidencia o histórico despreparo e negligência dos homens com a vida cotidiana familiar.

Preocupa também o aumento de índices tais como: 50% na violência doméstica no Rio de Janeiro, e a duplicação de casos de assassinatos de mulheres dentro de casa em São Paulo. Também se sabe dos altos riscos de aumento da violência sexual doméstica – contra mulheres, crianças e jovens – no presente contexto de confinamento.

As mulheres são também a maioria entre profissionais de saúde na linha de frente do cuidado às pessoas com Covid-19. Segundo relatório do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), elas representam mais de 80% do setor⁹.

Do ponto de vista econômico, preocupam as situações de abandono e vulnerabilidade, falta de acesso a serviços de saúde e renda, além do desamparo no sustento de filhos e filhas em famílias chefiadas por mulheres.

Os discursos de ódio e desprezo aos grupos de risco alertam também para práticas de violência, abandono ou maus-tratos a pessoas idosas – tanto no ambiente público quanto no doméstico.

7. Confira: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-apontam-dados-da-saude.shtml>>.

8. Confira: <<https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>>.

9. Confira: <http://www.cofen.gov.br/a-luta-contra-o-coronavirus-tem-o-rosto-de-mulheres_79476.html>.

QUEM O ESTADO SOCORRE PRIMEIRO

Nos debates sobre a renda mínima emergencial, passaram quase despercebidos os mecanismos de transferência de renda pública ao setor privado

As denúncias de dificuldades no acesso à renda emergencial por trabalhadoras e trabalhadores autônomos e em situação de desemprego se acumulam. Enquanto isso, medidas de auxílio para o setor aéreo e um conjunto de ações econômicas em apoio a bancos podem custar até R\$ 650 bilhões aos cofres públicos¹⁰.

De um lado, demora nos pagamentos do Auxílio Emergencial feitos pela Caixa Econômica Federal, filas desordenadas, barreiras tecnológicas e a falta de cobertura para inúmeras famílias empobrecidas são problemas amplamente noticiados.

De outro, os bancos seguem ampliando juros e reduzindo prazos para financiamentos. A atitude não apenas reduz a circulação financeira, como também fragiliza a concessão de crédito a pequenos e médios empreendimentos, asfiados pela crise econômica.

10 . Confira: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/bc-aprova-emissao-de-r-175-bilhoes-em-titulos-para-ajudar-bancos>>.

Não há caminhos possíveis de construção de uma sociedade mais justa sem enfrentar a desigualdade econômica racializada no país

Não há caminhos possíveis de construção de outro mundo que não enfrentem profundamente a desigualdade econômica racializada no país. No entanto, o momento imediato pede políticas mais reformistas de amparo e garantia das condições de saúde.

São exemplos disso, as demandas por:

- Aumento da testagem para Covid-19;
- Garantia de acesso a serviços de água e energia elétrica para quem não pode pagar;
- Redução da carga tributária sobre itens essenciais;
- Garantia de acolhimento institucional a populações em vulnerabilidade social;
- Suspensão da cobrança de parcelas de

financiamento estudantil para jovens de baixa renda;

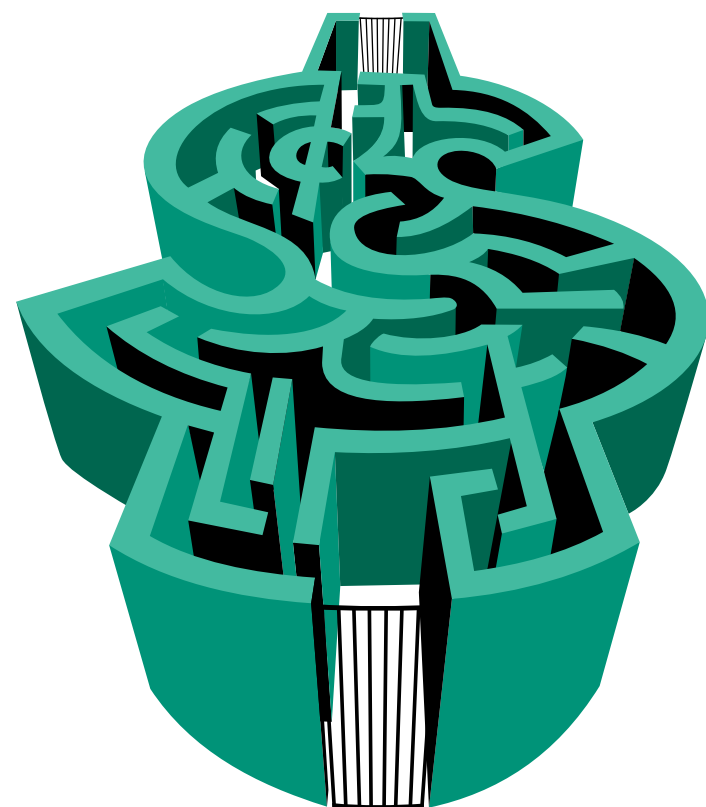
- Garantia da continuidade da alimentação escolar.

Essas são medidas para conter o empobrecimento e as assimetrias que interditam condições de reprodução da vida digna. Para enfrentar o problema de maneira profunda, é preciso garantir emprego, direitos trabalhistas e serviços públicos de qualidade. E é essencial discutir uma renda mínima universal, não apenas emergencial.

Estima-se que existam no Brasil 206 grandes fortunas. A taxação desse dinheiro acumulado oferece um caminho viável para as reparações sociais urgentes. É preciso encarar a injustiça: o Brasil tem a segunda maior concentração de renda do planeta. Apenas através dessa chave é possível compreender a atual gravidade das perdas de trabalho, do fechamento de pequenos negócios, das dificuldades domésticas para sustentar as condições de vida e do adoecimento de comunidades inteiras.

E QUEM O ESTADO NÃO SOCORRE?

A esperada melhora nas contas públicas nacionais não necessariamente beneficia a população mais vulnerabilizada nem sana os profundos impactos já vividos



Em vez de estarmos discutindo medidas de acolhimento a populações mais vulnerabilizadas, os holofotes da esfera pública estão sobre a irresponsabilidade das políticas de desinformação e desestímulo ao distanciamento social promovidas pelo Governo Federal.

A divulgação de soluções simplistas, o descrédito na ciência, a subnotificação de casos, a sobrevalorização da economia nos argumentos e a aposta em medidas autoritárias inundam os debates todos os dias.

É urgente aprofundar os sentidos da democracia brasileira. Saúde é direito de todas e todos. É também dever do Estado. Por isso, o fortalecimento da Rede Assistencial e do Sistema Único de Saúde (SUS) é uma bandeira importante, especialmente agora.

Embora seja necessária a construção de mais leitos de enfermaria e UTI, também é preciso disponibilizar as redes de saúde já estabelecidas em uma fila única. O poder público poderia administrar temporariamente leitos privados ociosos, para estabelecer uma fila única, organizada por ordem de severidade dos casos.

A coordenação, o controle, a avaliação e a gerência de toda a capacidade instalada – pública e privada – deveria estar a cargo da autoridade sanitária do SUS estadual. Afinal, é preciso garantir o acesso universal e igualitário a todas e todos pacientes graves da Covid-19, não diferenciando quem pode de quem não pode pagar pelo tratamento.

De maneira geral, é necessário que as políticas públicas considerem as especificidades de cada grupo social. O reconhecimento da importância de toda vida é fundamental e passa por essa construção política plural.

A lentidão com que estão sendo formulados planos específicos de contingenciamento para populações do sistema prisional e socioeducativo, por exemplo, revela racismo e negligência estatal.

Políticas específicas para a população carcerária e medidas de desencarceramento são necessárias para reduzir a superlotação, possibilitar o distanciamento social e evitar que a doença se propague no sistema.

Da mesma forma, garantir o contato não físico com familiares e a provisão de insumos de higiene pessoal são maneiras de procurar garantir a dignidade e a saúde dessa população.

O Levantamento de Informações Penitenciárias estima que, no final de 2019, mais de 222 mil pessoas estavam privadas de liberdade no Brasil por medidas provisórias.

As prisões do país estão acima da capacidade máxima em 70%¹¹. Ou seja, onde deveriam caber 440 mil pessoas, vivem hoje 748 mil. Como não aglomerar?

Do total da população encarcerada, 65% se identifica como preta e parda.¹²

11 . Confira: <[12 . Confira: <](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrl-joiZTIkZGJjODQtNmJlMi00OTJhLWFiMDktNzRlNmFkNT-M0MwI3liwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNm-Ny05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>.</p></div><div data-bbox=)

O QUE ABANDONAR PARA SEMEAR FUTUROS ALTERNATIVOS

O modelo de desenvolvimento financeiro especula com a vida e os direitos, concentra terras e, todos os dias, provoca desastres ecológicos e sociais agravados pela crise presente

No campo, na cidade e na floresta, é preciso seguir as recomendações para suspender medidas de despejo forçado. É necessário garantir o território de populações tradicionais, impedindo, por exemplo, a entrada de garimpeiros e grileiros em terras indígenas. É também urgente proteger biomas e povos nativos da entrada do novo vírus e de outras formas de violência.

Garantir condições de moradia digna evita as aglomerações, o agravamento dos índices da população de rua e a coabitação de famílias em unidades residenciais. Proteger biomas; redistribuir terra e moradia; promover soberania alimentar na floresta, no campo e na cidade; e garantir acesso à água e a serviços públicos essenciais são medidas de segurança social e proteção da dignidade para possibilidades de vidas mais justas.

Requeremos a proteção dos povos indígenas frente a invasões em tempos de crise sanitária. Manifestamos indignação contra as demissões arbitrárias e a desestruturação dos órgãos de proteção ambiental.

A violência no campo ou será abandonada ou destruirá as condições de permanência nos territórios de povos que cuidam de florestas, biomas e águas

As populações dos territórios costeiros do Nordeste, Espírito Santo e Rio de Janeiro já se encontravam em situação de vulnerabilidade social e racismo ambiental desde o fim de 2019, quando foram surpreendidas pela chegada do petróleo cru em suas praias, mangues e regiões estuárias. A situação tem se agravado com a pandemia.

Exigimos medidas de freio ao crescente desmatamento na Amazônia, cujo acréscimo, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi de 29,9% apenas em março deste ano. Somamo-nos às vozes que questionam a classificação

das atividades minerais como essenciais e reivindicamos sua paralisação durante a pandemia, com manutenção salarial a trabalhadores/as.

Além da necessidade de evitar aglomerações, outra razão para a paralisação é a alta insalubridade nas condições de trabalho do setor. A exposição a metais pesados e substâncias radioativas e perigosas oferece o risco de agravar a propensão a casos sérios da Covid-19 entre trabalhadores/as e vizinhos/as.

Denunciamos o oportunismo com que o governo Bolsonaro procura favorecer tais e outros agentes econômicos, flexibilizando normas ambientais e trabalhistas em plena crise. A informalidade, a pejotização (contratação de trabalhador e trabalhadora por meio de pessoa jurídica) e o aumento da carga de trabalho já ameaçam a saúde e a segurança trabalhista para além do aceitável.

O mercado não é responsável por toda a vida social, e nem toda vida social é permeada por trocas monetárias. O capital empresarial suga recursos financeiros do Estado ao mesmo tempo em que defende o mínimo investimento público na garantia de direitos sociais.

A concentração de renda se agrava globalmente. O modelo de desenvolvimento reprimariza as economias mais fracas para seguir subordinando os países da periferia global. A retirada de recursos de serviços públicos potencializa catástrofes, pandemias e desigualdades sociais. É preciso defender serviços, políticas e bens públicos, enfim, tudo o que se refere à nossa “coisa pública”.



APRENDIZADOS PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA AMBIENTAL

A gravidade do momento atual é coerente com as alertas de povos em todo o mundo a respeito das drásticas consequências desse modo injusto de produzir, viver e circular; a saída está na solidariedade



Nós, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, entendemos que nenhuma resposta justa virá do individualismo e da lógica concorrencial. Compreendemos a pandemia como um sinal de alerta sobre as situações extremas a que nos levou a expansão capitalista neoliberal – associada e ancorada nas tecnologias de poder do racismo ambiental.

A sociedade pós-pandemia precisará reconhecer que estamos necessariamente envolvidos na teia interdependente e complexa entre vidas humanas e não humanas. A frágil dicotomia moderna criada entre sociedade e natureza precisa ser exposta como uma tecnologia de poder.

A fragmentação entre o mundo humano e o não humano confere primazia ao primeiro, legitima o avanço de esforços de “dominação” da natureza, e impede que se façam visíveis as teias de interdependência, conexão e condicionamento mútuo.

Não podemos idealizar o futuro sem debater os esforços necessários para sustentar a vida e reduzir os danos no agora. No entanto, tampouco podemos sucumbir ao imediatismo de não nos desafiar a imaginar teias da vida mais sustentáveis e solidárias nos tempos que virão.

A solidariedade é condição e resultado de seu próprio exercício cotidiano

Enxergamos potência nas redes emergentes de afeto, de cuidado entre vizinhas, vizinhos e comunidades, na doação de tempo e recursos, nas pias comunitárias, nos projetos de apoio social, na confecção local de insumos de higiene e, sobretudo, na continuação de processos políticos e sociais que seguem tecendo horizontes futuros.

O trabalho coletivo de cuidado não é novo,

é filho de práticas ancestrais que sustentam e viabilizam a vida. Ele não desresponsabiliza o Estado de garantir políticas públicas que ajudem a equilibrar o desigual pêndulo da injustiça e do racismo ambiental, mas tira dele o protagonismo.

Temos um Sistema Único de Saúde que, mesmo após os cortes de financiamento, está coordenando o enfrentamento da pandemia nos mais diferentes níveis e esferas de gestão em saúde coletiva. O SUS precisa ser fortalecido.

As incertezas que paralisam também nos convocam a construir a partir do hoje, em abertura e diálogo, os direitos inapropriáveis, aquilo que não se submete à forma de mercadoria: a superação das opressões.

Situar, construir e reconhecer o que nos é comum: a saúde, a natureza e a vida, as relações de reciprocidade, solidariedade, cooperação e convivencialidade em tempos de crise e tragédia.

Realização

Rede Brasileira de
Justiça Ambiental

Apoio



FORDFOUNDATION